

Invasor usa DF. *Invasor* área no Lago para plantar

— Dona, já **sube** que o terreno é do Governo. Por isso deixei de cortar **pé de pau** e parei de plantar perto do rio.

Enxada na mão, chapéu de palha exibindo um forte sotaque nordestino, Raimundo Alves de Brito não parecia preocupado em estar ocupando indevidamente uma área pública. Sem meias palavras, deixou claro que seu sócio — Edson Ramiro da Silva, funcionário do BRB — lhe dá total cobertura. Ali, no Trecho 3 do Setor de Mansões Internas do Lago Norte, os dois já construíram — em 70 hectares — uma ponte, uma pequena barragem e, em três meses, conseguiram colher 657 caixas de tomate, abobrinha, pimentão e jiló.

Segundo o lavrador pernambucano, o sócio sempre fica com a maior parte do dinheiro, garantindo-lhe apenas o essencial para dar de comer à mulher e aos dois filhos. Ele não fala nada porque é através de Ramiro que consegue a ajuda de máquinas e tratores. “Graças a Deus ele é um xerifão, é só pedir que o povo traz”, comenta confiante. Raimundo não conseguiu lembrar o nome da firma que presta serviço ao sócio, mas garantiu que era do Governo. Depois de fazer os cortes e começar o plantio, apareceram alguns fiscais do IBDF e da Fundação Zoobotânica, cuja única reclamação foi quanto ao desmatamento. “O resto eles deixaram” revelou, completando a seguir: “A colheita é toda vendida no Sacolão”.

Assim como Raimundo de Brito, outros tantos colonos são pagos para tomar conta de terrenos públicos. “Os grandões lhe oferecem uma pequena renda e os pobres coitados vivem lá como se a terra fosse deles”, denunciou a presidente da Associação dos Moradores do Setor de Mansões do Lago Norte, Tânia Capra. Preocupada com o rumo acelerado das invasões, a diretoria da entidade decidiu acionar os órgãos do Governo ligados à Ecologia. Até o momento nenhuma providência foi tomada: “Avisamos ao IBDF, à Fundação Zoobotânica e à Sema. Eles fizeram apenas promessas”.

De acordo com a líder comunitária, além de não

mover uma palha, a Fundação Zoobotânica tem liberado caminhões e tratores para colaborar com o corte e carregamento de árvores. “Temos provas. Alguns moradores viram quando os veículos apareceram”, comenta revoltada Tânia Capra. A seu ver, o órgão deveria ajudar para o fim do desmatamento e não colaborar: “Denunciamos o caso. Lá, ninguém soube nos dar uma resposta digna”.

Segundo o representante da área de ecologia da Associação de Moradores, Márcio Oberlaender, a Fundação pode até usar como desculpa que aluga costumemente caminhões a proprietários de terras, mas logicamente este não é o caso, já que as áreas pertencem ao Governo. “Eles tinham era que exercer uma ação policial. Fazem justamente o contrário”, acusa. O diretor ressalta ainda que a situação só será realmente resolvida quando a Fundação, o IBDF e a Terracap se reunirem para solucionar o problema. “Se isto não for feito vão continuar jogando a culpa para o outro”.

O que mais inquieta aos membros da Associação é a omissão do Governo. “Tem gente, como um tal de Zé Benê, que inclusive vende terrenos indevidamente”, revela Tânia Capra. A área fica próxima ao riacho do Torto, que por sinal se encontra em completo estado de assoreamento graças à prática ilegal de desmatamento. Quando acionado por telefone, Benê garantiu ter documentos que comprovam a posse das glebas.

De acordo com a lei, os 30 metros dos dois lados dos riachos são intocáveis. Tanto no Torto como em muitos outros do Lago Norte essa norma não tem sido obedecida: “Eles desmatam com a maior facilidade. No mínimo ganham uma repreensão do IBDF ou da Zoobotânica, acusa Oberlaender. O diretor da Área de Controle da Poluição da Sema, Roberto Soares, garante que hoje mesmo as áreas apontadas pela Associação serão vistoriadas. “Não posso falar em medidas antes de verificar o local”, explica. Os demais órgãos não foram contactados por estarem em greve.